

# DIREITO EMPRESARIAL



## CONSTITUIÇÃO FEDERAL

- A CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA é: ***escrita, dogmática, promulgada e rígida***
- Forma: escrita X não escrita.
- Modo de Elaboração: Dogmática (sistematiza texto único) X histórica
- Origem: Promulgada (votada) X Outorgada (imposta)
- Estabilidade: Imutável X Rígida (processo rigoroso) X Flexível (processo de alteração de lei).

## ELEMENTOS DA CONSTITUIÇÃO

- **Orgânicos ou organizacionais:** organizam o Estado e os poderes constituídos.
- **Limitativos:** limitam o poder – direitos e garantias fundamentais.

## CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

- **Normas Constitucionais de Eficácia Jurídica Plena:** são aquelas de ***aplicabilidade imediata, direta, integral, independentemente de legislação posterior*** para sua inteira operatividade;
- **Normas Constitucionais de Eficácia Jurídica Contida:** são aquelas que têm ***aplicabilidade imediata, integral, direta***, mas que ***podem ter o seu alcance reduzido pela atividade do legislador infraconstitucional***.
- **Normas Constitucionais de Eficácia Limitada:** são aquelas que ***dependem da emissão de uma normatividade futura***;

## PODER CONSTITUINTE

- **Poder Constituinte Originário** - Estabelece a Constituição de um novo Estado, organizando-se e criando os poderes destinados a reger os interesses de uma sociedade. **Não deriva de nenhum outro, não sofre qualquer limite e não se subordina a nenhuma condição.**
- **Poder Constituinte Derivado** - também chamado **Instituído** ou de segundo grau – é secundário, pois **deriva do poder originário**. Encontra-se na própria Constituição, **encontrando limitações** por ela impostas: **explícitas e implícitas.**

## PODER CONSTITUINTE

**I) poder derivado de revisão ou de reforma:** poder de editar emendas à Constituição. O exercente deste poder é o Congresso Nacional que, quando vai votar uma emenda ele não está no procedimento legislativo, mas no Poder Reformador.

**II) poder derivado decorrente:** poder dos Estados, unidades da federação, de elaborar as suas próprias constituições. O exercente deste poder são as Assembléias Legislativas dos Estados. Possibilita que os Estados Membros se auto-organizem.

A Constituição de 1988 deu aos **Municípios** um *status* diferenciado do que antes era previsto, chegando a considerá-los como entes federativos, com a **capacidade de auto-organizar-se** através de suas próprias Constituições Municipais que são **denominadas Leis Orgânicas**.

## HIERARQUIA DAS NORMAS JURÍDICAS

- **Estrutura hierarquizada:** a pirâmide representa a hierarquia das normas dentro do ordenamento jurídico - esta estrutura exige que o ato inferior guarde hierarquia com o ato hierarquicamente superior e, todos eles, com a Constituição, sob pena de ser ilegal e inconstitucional - chamada de **relação de compatibilidade vertical**

## FEDERAÇÃO

***-Art. 1º - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:***

AUTONOMIA	Estados	DF	Municípios
Organizacional	Constituição Estadual	Lei Orgânica	Lei Orgânica
Governamental	Governador	Governador Distrital	Prefeito
Administrativa	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Legislativa	Assembléia Legislativa	Câmara Legislativa	Câmara Municipal



## REPÚBLICA

A forma de governo tem como finalidade organizar politicamente um Estado. Etimologicamente, significa → **RES – coisa, PÚBLICO – povo**, ou seja “**coisa do povo, para o povo**”. São características básicas:

### “REPRESO”

- Representatividade - o povo escolhe seus representantes;
- Eletividade - a escolha é feita através do voto, de eleições;
- Periodicidade - O representante exerce mandato temporário (4 anos);
- Responsabilidade - dever de probidade administrativa;
- Soberania popular - o poder emana do povo e por ele é exercido.

## FUNDAMENTOS DA REPÚBLICA DO BRASIL

*"SOCI DIVA PLU"*

- I - SO**berania;
- II - CI**dadania;
- III - DI**gnidade da pessoa humana;
- IV - VA**lores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - PLU**ralismo político.

## OBJETIVOS DA REPÚBLICA DO BRASIL

*“COGAERPRO”*

- I - CO**nstruir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - GA**rantir o desenvolvimento nacional;
- III - ER**radicar a pobreza e a marginalização; reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - PRO**mover o bem de todos, sem quaisquer preconceitos ou discriminação;

## FENÔMENO DA RECEPÇÃO

**Fenômeno da Recepção:** *assegura a preservação do ordenamento jurídico anterior e inferior* à nova constituição que com ela se mostre **materialmente** compatível → “Processo abreviado de criação de normas”.

Se havia uma constituição, quando sobrevém outra, será feita a **ab-rogação (revogação total)** da constituição anterior.

O **fundamento de validade de uma lei** no ordenamento jurídico **é sua compatibilidade com a constituição vigente**.

Advinda uma nova constituição estas leis terão um novo fundamento de validade e eficácia, desde que forem materialmente compatíveis.

**Há norma constitucional inconstitucional ?**

Depende. **NORMAS DECORRENTES DE PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO NÃO, NUNCA.** Normas decorrentes de **poder reformador sim, eventualmente**

## CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS

é a *verificação de adequação, de compatibilidade, de um ato jurídico qualquer, em especial a Lei, com a Constituição;*

significa *impedir a subsistência da eficácia de norma contrária à Constituição Federal;*

**Controle Preventivo** → Destina-se a **impedir o ingresso**, no sistema legal, de **normas**, que em seu projeto, já **revelam desconformidades com a Constituição Federal**. O controle Prévio se refere a projetos (atos inacabados).

**É exercido** tanto pelo **Legislativo (Comissão de Constitucionalidade e Justiça)** quanto pelo **Executivo (através de Veto)**;

Pode, também, ser chamado de **Controle Político** ou **Controle “a priori”**.

## CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS

### Controle Repressivo →

**Em regra, é exercido pelo Poder Judiciário;** todavia pode, também, ser exercido pelo ***Poder Legislativo (na Medida Provisória)***

O controle Repressivo pode se dar através de 2 métodos:

Via de Exceção - **DIFUSO, CONTROLE ABERTO, INCIDENTAL, SUBJETIVO, CONCRETO**

Via de Ação - **CONCENTRADO, CONTROLE RESERVADO, FECHADO, OBJETIVO, ABSTRATO;** é realizado pelo STF

## ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO ESTADO

- **POVO** - conjunto de indivíduos vinculados pela cidadania a um determinado ordenamento **jurídico**
- **TERRITÓRIO** - é o limite espacial dentro do qual o **Estado** exerce de modo efetivo o poder de império sobre pessoas e bens.
- **SOBERANIA** - constitui-se de **um poder soberano** de um povo situado num território com certas finalidades

# DIREITO CONSTITUCIONAL



## SISTEMA BRASILEIRO

**forma de estado:** ESTADO FEDERAL X UNITÁRIO

**forma de governo:** REPUBLICANO X MONARQUIA

**regime de governo:** PRESIDENCIALISTA X PARLAMENTARISMO (CHEFE DE ESTADO X CHEFE DE GOVERNO)

**regime político:** DEMOCRÁTICO X NÃO DEMOCRÁTICO ( DITADOR, AUTORITÁRIO)



## SISTEMA TRIBUTÁRIO

O Sistema Tributário Nacional compõe-se de:

- IMPOSTOS
- TAXAS
- CONTRIBUIÇÕES ( SOCIAIS / DE MELHORIA )
- EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS

## SISTEMA TRIBUTÁRIO

**Tributo** → é toda prestação pecuniária compulsória (obrigatória), em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, constituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa, plenamente vinculada

**Tributo Fiscal** → quando sua imposição objetiva tão somente propiciar a arrecadação de recursos financeiros à pessoa jurídica de direito público.

**Tributo Extra-Fiscal** → quando sua imposição não visa unicamente à arrecadação de recursos financeiros, mas, também, corrigir situações econômicas ou sociais anômalas.

## SISTEMA TRIBUTÁRIO

**IMPOSTO** → é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal.

UNIÃO – IR

IE

IPI

II

ITR

IOF

GRANDE FORTUNAS

ESTADOS - IPVA / ITCMD / ICMS

MUNICÍPIOS – ISS / ITBI / IPTU

## SISTEMA TRIBUTÁRIO

**TAXAS** → podem ser criadas e exigidas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, mas limitados ao âmbito de suas respectivas atribuições.

têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização efetiva ou potencial de serviço público específico ou posto a sua disposição

### **Tipos de Taxas →**

taxas de polícia

taxas de serviços

## SISTEMA TRIBUTÁRIO

**CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA** → podem ser criadas e exigidas pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal, no âmbito de suas respectivas atribuições, **tendo em vista obras públicas de que decorram benefícios aos proprietários de imóveis;**

**CONTRIBUIÇÕES “PARAFISCAIS” / SOCIAIS / CORPORATIVAS / INTERVENÇÃO** → são certos tributos que ora são verdadeiros impostos, ora taxas, e às vezes, um misto destas duas categorias e **que por delegação, são arrecadadas por entidades beneficiárias.** *Ex.: as contribuições arrecadadas pelo INSS, pelos Sindicatos, pela OAB e outras entidades profissionais ou econômicas.*

## SISTEMA TRIBUTÁRIO

**EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS** → são tributos criados no caso de investimento público; possuem natureza contratual. SOMENTE UNIÃO.

## PODER LEGISLATIVO

O **PODER LEGISLATIVO** é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da **Câmara dos Deputados** e do **Senado Federal**. A nível Federal, é um **sistema Bicameral**

Cada legislatura terá a duração de quatro anos.

**CONGRESSO NACIONAL:** a função legislativa de **competência da União É EXERCIDA** pelo **CONGRESSO NACIONAL**, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, integrados respectivamente por deputados e senadores; no **bicameralismo** brasileiro, **não há predominância substancial de uma câmara sobre outra.**

## PODER LEGISLATIVO

**CÂMARA DOS DEPUTADOS:** compõe-se de **REPRESENTANTES DO POVO**, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

**número total de Deputados:** 513

nenhuma unidade da Federação terá **menos de oito** ou **mais de setenta Deputados**. O número de Deputados depende do número de eleitores de cada Estado. Somente Lei Complementar pode definir mudanças a esse respeito.



## PODER LEGISLATIVO

**SENADO FEDERAL:** compõe-se de **REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL**, eleitos segundo o princípio majoritário. É um requisito Federativo.

**número total de Senadores:** 81

Cada Estado e o Distrito Federal elegerão 3 Senadores, com mandato de oito anos (são eleitos para 2 legislaturas).

Os senadores são eleitos para um mandato de oito anos renovado em um ou dois terços a cada quadriênio

# DIREITO CONSTITUCIONAL



## PODER LEGISLATIVO

	CÂMARA DE DEPUTADOS (513 membros)	SENADO FEDERAL (81 membros)
REPRESENTANTES	Do Povo	Dos Estados e do DF
REPRESENTAÇÃO	<b>Proporcional</b> mínimo = 8 e máximo = 70	<b>Paritário</b> = 3 por Estado
SISTEMA ELEITORAL	<b>Proporcional</b>	<b>Majoritário</b>
DURAÇÃO DO MANDATO	4 anos	8 anos (1/3 e 2/3)
SUPLÊNCIA	Próximo mais votado no partido.	2 suplentes, eleitos na mesma chapa

## FUNCIONAMENTO DO CONGRESSO NACIONAL

➔ o CN desenvolve suas atividades por legislaturas, sessões legislativas ordinárias ou extraordinárias, sessões ordinárias e extraordinárias;

a **legislatura tem a duração de 4 anos**, do início ao término do mandato dos membros da Câmara dos Deputados;

o **Senado é contínuo por ser renovável parcialmente** em cada período de 4 anos;

**sessão legislativa ordinária:** é o período em que deve estar reunido o Congresso para os trabalhos legislativos (**15.02 a 30.06 e 01.08 a 15.12**);

**sessão legislativa extraordinária:** os espaços de tempo entre as datas da sessão legislativa ordinária constituem o **RECESSO PARLAMENTAR**, ou seja: **01.07 a 31.07 e 16.12 a 14.02**

## **FUNCIONAMENTO DO CONGRESSO NACIONAL**

CPI – tem poderes de investigação próprio das autoridades judiciais e são instauradas mediante requerimento de 1/3 da câmara ou do senado em conjunto ou separadamente para apuração de fato determinado e por prazo certo, devendo suas informações ser for o caso encaminhadas para o MP para que promova a respectiva ação penal, ou civil contra o infrator.

- prazo máximo: até o término do prazo do mandato.
- fato determinado – bingo, mensalão, correio.
- CPI não prende, não processa, não julga. É dispensável.

## ATOS DO PROCESSO LEGISLATIVO

- a) **iniciativa legislativa:** é o ato pelo qual **se inicia o processo legislativo**; é a **apresentação do Projeto de Lei**;
- b) **discussão:** nas **Comissões e no Plenário**; análise da sua compatibilidade;
- c) **deliberação:** **votação / aprovação ou rejeição dos projetos de lei**;
- d) **emendas:** constituem **proposições apresentadas como acessória a outra**; **sugerem modificações nos interesses relativos à matéria contida** em projetos de lei;
- e) **votação:** constitui ato coletivo das casas do Congresso; **é o ato de decisão que se toma por maioria de votos**, simples ou absoluta, conforme o caso;
- f) **sanção e veto:** são **atos legislativos de competência exclusiva do Presidente**; somente RECAEM sobre **projeto de lei**; **VETO** é a **discordância com o projeto aprovado**. **SANÇÃO** é a **adesão ou aceitação do projeto aprovado**;
- g) **promulgação:** ato que revela os fatos geradores da Lei, **tornando-a executável e obrigatória**;
- h) **publicação:** **torna pública** a **EXISTÊNCIA DA NORMA LEGAL**.

## ESPÉCIES NORMATIVAS

O **PROCESSO LEGISLATIVO** compreende a elaboração de:

- I - EC** - Emendas à Constituição;
- II - LC** - Leis Complementares;
- III - LO** - Leis Ordinárias;
- IV - LD** - Leis delegadas;
- V - MP** - Medidas Provisórias;
- VI - DL** - Decretos Legislativos;
- VII -** Resoluções.

## EMENDA À CONSTITUIÇÃO

A **Constituição** poderá ser **EMENDADA** mediante PROPOSTA de **1/3 dos membros da Câmara**, ou de **1/3 dos membros do Senado**, ou do **Presidente da República** ou de **mais da metade das Assembléias Legislativas** (maioria relativa em cada uma delas).

→ Será **discutida e votada em cada uma das casas, em 2 turnos**, devendo, para ser aprovada, ter em cada turno **o voto de 3/5 dos respectivos membros**. A emenda à Constituição **será promulgada** pelas Mesas da Câmara e do Senado.

A **Constituição não poderá ser emendada** na **VIGÊNCIA** de INTERVENÇÃO FEDERAL, de ESTADO DE DEFESA ou de ESTADO DE SÍTIO.

## LEI COMPLEMENTAR E LEI ORDINÁRIA

A **INICIATIVA** das **LEIS COMPLEMENTARES E ORDINÁRIAS** cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos.

A **INICIATIVA POPULAR** pode ser exercida pela **apresentação à Câmara dos Deputados** de projeto de lei subscrito por, no mínimo, **1 % do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de 0.3 % dos eleitores de cada um deles.**



## LEI COMPLEMENTAR E LEI ORDINÁRIA

	LEI COMPLEMENTAR	LEI ORDINÁRIA
Aspecto material	<b>Constituição Federal</b> , só as reservadas pelo Constituinte	O restante
Aspecto Formal	<b>Quorum:</b> maioria absoluta	<b>Quorum:</b> maioria relativa

## LEI DELEGADA

As **LEIS DELEGADAS** serão elaboradas pelo Presidente da República – que deverá *solicitar a delegação* ao Congresso Nacional.

**Toda delegação é temporária**; se o **Presidente** não legislar **extingue automaticamente os efeitos da resolução**. O **limite temporal** não pode nunca exceder à legislatura.

**Eficácia:** A **Lei Delegada** tem o mesmo nível de eficácia da **Lei Ordinária**; a delegação não impede que o Congresso Nacional legisle sobre o mesmo tema. *A delegação não é abdicação.*

## MEDIDA PROVISÓRIA

Em caso de **relevância e urgência**, o **Presidente da República** PODERÁ ADOTAR **MEDIDAS PROVISÓRIAS**, com força de lei, devendo submetê-las ao Congresso Nacional.

As **MEDIDAS PROVISÓRIAS** perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de **60 dias**, prorrogáveis por **mais 60 dias**, a partir de sua publicação, suspendendo-se o prazo durante os períodos de recesso parlamentar, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes.

se a **MEDIDA PROVISÓRIA** não for **apreciada em até 45 dias** contados de sua publicação, entrará em **regime de urgência**; as MP terão **sua votação iniciada na Câmara dos Deputados**;

as MP são semelhantes ao Decreto-Lei de 65/68, criada para ser usada em casos

## DECRETO LEGISLATIVO

**instrumento formal** de que se vale o Congresso Nacional para praticar os atos de sua competência exclusiva.

- I - RESOLVER definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais;**
- II - AUTORIZAR o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;**
- III - AUTORIZAR o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a 15 dias;**
- IV - APROVAR o estado de defesa e a intervenção federal, AUTORIZAR o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;**

Entre Outros.

## PODER EXECUTIVO

O **Poder Executivo** é exercido pelo **Presidente da República**, auxiliado pelos Ministros de Estado. No **sistema Federalista** o **Presidente** é ao mesmo tempo o **Chefe de Governo** e o **Chefe de Estado**.

O **Presidente e o Vice-Presidente da República** tomarão posse em sessão do Congresso Nacional, **prestando o COMPROMISSO** de:

**MANTER, DEFENDER e CUMPRIR a Constituição,**  
**OBSERVAR as leis,**  
**PROMOVER o bem geral do povo brasileiro,**  
**SUSTENTAR a união, a integridade e a independência do Brasil.**

## PODER EXECUTIVO

Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o **Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal**

## PODER JUDICIÁRIO

São **ÓRGÃOS** do **PODER JUDICIÁRIO**:

- I - STF** - o Supremo Tribunal Federal;
- I A** – Conselho Nacional de Justiça – EC 45/2004.
- II - STJ** - o Superior Tribunal de Justiça;
- III -** os Tribunais Regionais Federais e Juizes Federais;
- IV -** os Tribunais e Juizes do Trabalho;
- V -** os Tribunais e Juizes Eleitorais;
- VI -** os Tribunais e Juizes Militares;
- VII -** os Tribunais e Juizes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

# DIREITO CONSTITUCIONAL

## PODER JUDICIÁRIO

